



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

### ACTA Nº5/2022

----- **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS.**-----

----- Ao vigésimo sexto dia, do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte e dois, compareceram para uma reunião ordinária com a ordem de trabalhos abaixo indicada, os membros da Assembleia de Freguesia, Senhores Luís Armando Rodrigues Soeiro, Cecília Maria Antunes Soeiro Matos, Mariana Soeiro Varela, Inácia Pereira Gonçalves Ricardo, David Pina Laranjeira, Augusto Aurélio Rainho, Rute Isabel Morgado Alves Neves Engrácio, Ernesto Morgado Marques Pereira, Célia João Marques Pego. -----

**1- Apreciação e tomada de conhecimento da informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia e da situação financeira, nos termos do artigo 9.º n.º 2, alínea e) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**2- Apreciação do Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, relativo ao Primeiro (1.º) Semestre do ano de dois mil e vinte e dois (2022).** -----

**3- Segunda alteração modificativa ao Orçamento e Opções do Plano da Junta de Freguesia de Galveias, para o ano de dois mil e vinte e dois (2022) nos termos do artigo 9.º n.º 1 alínea a) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**4- Apreciação e votação da Proposta de Orçamento, Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e três (2023) nos termos do artigo 9.º n.º 1 alíneas a) e m) da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

#### -----INICIO DE REUNIÃO-----

----- O Senhor Presidente informa os membros da Assembleia de Freguesia que o Senhor David Jorge Varela Silvestre pediu a renúncia ao mandato, e por ordem na lista entrava a senhora Linda Carla, que também apresentou a renúncia, seguidamente seria o senhor Diogo Fernandes que também renunciou. Desta forma, a senhora Célia Pego aceitou ocupar o lugar vago, e está presente. Também pediu para ser substituído o Senhor Leandro Lopes que foi substituído pelo Senhor David Laranjeira.-----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Dr. António Danado, explica que os membros que não estavam na última sessão e os novos membros da Assembleia de Freguesia não podem votar a ata da sessão anterior. Assim, o Senhor Presidente da Assembleia coloca a mesma a votação sendo **aprovada com uma abstenção.** -----

### -----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- A Senhora Cecília Matos pergunta “*Qual é que é o ponto da situação em relação à Casa Mortuária?*” -----

----- A Senhora Mariana Varela diz que “*Gostaria de saber o ponto da situação da vinha.*” -----

----- O Senhor David Laranjeira também pergunta “*Qual a situação dos prédios em Lisboa?*” -----

----- A Senhora Rute Engrácio diz: “*A minha questão prende-se com a situação atual de termos menos um médico de família no posto médico de Galveias, o que obriga muita gente, por ordem mesmo do Centro de Saúde, a deslocar-se a Ponte de Sor. Perguntar se já questionaram sobre essa situação, porque até à data não há indicação de qualquer substituição. E acho que se deve perguntar, para se resolver.*” -----

----- O Senhor Augusto Rainho pergunta também sobre a questão da vinha, porque “*me chegou aos ouvidos, há algum tempo recente, que teria estado presente a Judiciária? Não sei se é verdade, mas se puder responder a este ponto.*” -----

----- A Senhora presidente começa a sua intervenção com uma saudação especial à Senhora Célia, “*seja bem-vinda à Assembleia de Freguesia!*” Começa por explicar “*a questão da Casa Mortuária, é uma aspiração da Freguesia de Galveias, considerando que a Igreja da Misericórdia exerce essa função e é um monumento classificado, e temos diligenciado em negociações com o Município para encontrar uma solução que possa servir para deixar aquele monumento de fazer a função de Casa Mortuária. Está, neste momento, entregue ao Município um conjunto de informação, fotografias, localização, de uma possibilidade que existe. No início do ano vamos voltar a conversar com o*”



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*Município sobre essa questão, porque ficou de vir um dos técnicos municipais verificar, a fim de fazer uma avaliação ao local. Aguardamos que esse trabalho se faça para voltarmos à conversa e à negociação, no sentido de continuarmos a trabalhar para encontrar solução para a Casa Mortuária de Galveias. Relativamente à vinha, é um processo que iniciou uma fase nova há relativamente pouco tempo. Na Assembleia de Freguesia de Setembro foi prestada informação de que já havia alguns incumprimentos por parte do rendeiro, esses incumprimentos mantiveram-se e surgiram novos acontecimentos ou novas ocorrências desde essa Assembleia até agora. Desde logo, o que aconteceu foi uma reunião que estava pré-agendada, na reunião de Setembro na sessão da Assembleia de Freguesia eu dei essa informação, estava pré-agendada uma reunião, que ocorreu, no sentido de resolver o problema dos pagamentos que havia em atraso e que se mantêm. Essa reunião aconteceu, mas a liquidação das dívidas não ocorreu. Foram levantadas outras questões pelo rendeiro relativamente às condições da vinha e da parte da Junta de Freguesia, o que foi colocado foi que: “sim, senhor, falaremos sobre essas situações, desde que seja regularizado o que está por pagar e resolvido o problema das dívidas, conversaremos sobre o resto, podendo fazê-lo, inclusivamente, ainda dentro de 2022.” Como o pagamento não aconteceu, surgiu no Monte uma visita de um Agente de Execução do Tribunal de Montemor por um processo interposto por outra entidade. Segundo informação prestada por quem lá esteve, nomeadamente um Advogado que acompanhava o Agente de Execução, afirma-se o Advogado do ex-sócio do Sr. Santanita na empresa, e vieram fazer um levantamento no sentido de impedir que saísse do Monte o que lá existe, como garantia de pagamento de uma dívida. Haverá uma dívida do Sr. Santanita para com o seu ex-sócio. Na sequência disto, e porque já nos estávamos a aperceber também que naqueles mesmos dias tinha vindo uma empresa buscar uma prensa e umas cubas, e estávamos a perceber alguma movimentação no sentido de retirar do Monte bens e equipamentos que lá existem, e que levariam a gerar a situação de a Junta de Freguesia ver o seu pagamento em causa, procurámos tomar medidas no sentido de salvaguardar o interesse da Junta de Freguesia. Mudámos fechaduras, pusemos cadeados e correntes nos portões, impedindo que fosse retirado dali o que quer que fosse que será a garantia de pagamento e*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*salvaguarda dos interesses da Junta. Ao mesmo tempo, foi dada indicação aos nossos assessores jurídicos no sentido de encontrar uma solução de um processo que pudesse salvaguardar juridicamente os interesses da Junta de Freguesia e foi interposta uma providência para arresto dos bens ali presentes, no sentido de garantir que o que lá está possa assegurar o pagamento à Junta de Freguesia, e que nada de lá saísse. Já houve julgamento por parte do Tribunal, aconteceu na passada quarta-feira no Tribunal de Portalegre, e foi dada razão à Junta de Freguesia. Neste momento, está decretado o arresto de tudo o que lá está, não pode sair para garantir a salvaguarda de pagamento à Junta de Freguesia. Se houve presença da PJ, como o Sr. Augusto pergunta, não lhe consigo responder, não me apercebi disso, que eu saiba não. Mas, já agora, a propósito da vinha, outra das medidas que tomámos foi guardaria permanente, para evitar algum ato que pudesse ocorrer fora da norma, ou do rendeiro ou de alguém a seu mando, no sentido de vir buscar o quer que fosse e, portanto, está preparada, montada, guardaria ao Monte 24 sobre 24 horas, 7 dias na semana, 30 dias no mês, até que tenhamos solução deste problema em definitivo. E, por essa razão, nada melhor do que garantir essa guardaria, para além dos funcionários da Junta de Freguesia que exercem a função de guardaria, garantir que as próprias autoridades façam esse trabalho. E, daí, porque sei que também já circularam por aí alguns comentários acerca disso, a Guarda Nacional Republicana tem tido presença no Monte, também a nosso pedido, a pedido da Junta de Freguesia, por garantia de agentes da autoridade para se eventualmente ocorrer algum problema. Relativamente aos prédios de Lisboa, como é sabido, a Freguesia possui 5 prédios em Lisboa. Um deles é um prédio só de apartamentos e estão quase todos arrendados, ocupados. Há, neste momento, 3 apartamentos que estão disponíveis e que a Junta de Freguesia está a tomar diligências no sentido de introduzir as melhorias necessárias para poder pô-los no mercado de arrendamento, novamente. Isto acontece no prédio na Avenida Visconde de Valmor. Esta solução de melhoria daqueles apartamentos ocorre ao mesmo tempo que já tivemos que tratar, como já aqui foi prestada informação na Assembleia anterior, da coluna do gás, quando foi feita uma vistoria de rotina, verificou-se que havia fugas e tivemos que tomar medidas de emergência. E, ao mesmo tempo, decorrem também os procedimentos para a*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*substituição do elevador, que ainda é de grelha. Aguardamos que a empresa nos coloque o elevador, e, ao mesmo tempo, também, as empreitadas para a substituição das redes de água, de esgotos, que são antigas e a própria instalação elétrica. Portanto, na Visconde de Valmor é este o ponto de situação. O da Avenida da Liberdade foi assinado o contrato de arrendamento. Neste momento o projeto de obra aguarda decisão da Câmara Municipal de Lisboa. Para a parte da Junta de Freguesia, o contrato está em vigor, está nos cofres da Junta meio milhão de euros de garantia das rendas que fazem parte do contrato durante o período em que decorrem as obras e a Avenida da Liberdade é menos uma preocupação que temos. Aconteceu na passada semana a assinatura do contrato de arrendamento do prédio da Rua da Glória. Isto é uma informação de uma nova situação que nos apraz também registar, que temos menos essa preocupação, porque fizemos dois procedimentos públicos para arrendamento do prédio que ficaram desertos. O último ocorreu em 2020, e diz a lei que nos termos do caderno de encargos e do programa do procedimento público, é possível fazer arrendamento posteriormente aos prazos estipulados para o procedimento, respeitando, todos os critérios que estavam colocados, valor das rendas e todas as condições colocadas no caderno de encargos e no programa. Apareceu uma empresa a manifestar interesse em fazer o arrendamento naqueles precisos termos, tivemos durante algum tempo um período de negociações que terminou na assinatura do contrato no passado dia 16 e o problema do prédio da Rua da Glória está também solucionado. Neste momento, estamos tranquilos também relativamente a ele. As condições são idênticas, é um arrendamento para que a empresa faça por sua conta as obras necessárias ao prédio, e depois explorará o prédio durante o período do contrato, a exemplo do que acontece com a Avenida da Liberdade. Em termos de números dos valores de renda, posso referir aqui que destes dois prédios a Junta de Freguesia recebia 27.064,24 euros por ano de renda. Durante o período das obras receberá um valor intermédio, chamemos-lhe assim, que corresponderá a 96 mil euros por ano o somatório da renda dos dois prédios e após as obras esse valor passará para 375 mil euros por ano, com atualizações, nos termos da lei. Também para o prédio da Rua da Glória, a exemplo do que aconteceu com a Avenida da Liberdade, mas com um valor diferente, a Junta de Freguesia tem já na sua posse um cheque de meio milhão*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*de euros do prédio da Avenida da Liberdade, que está já na sua conta bancária, e tem 100 mil do prédio da Rua da Glória. Estão duas soluções encontradas nos mesmos termos. Também nestes termos, desenvolvemos e publicámos procedimentos para os prédios dos Remolares, que são as nossas maiores preocupações, dado o estado avançado da sua degradação, mas esses procedimentos ficaram desertos. Não temos qualquer manifestação de interesse, por agora. Porque nos preocupa muito o estado de degradação dos prédios, a Junta de Freguesia está a preparar, e publicará muito em breve, novo procedimento para tentativa de arrendamento daqueles prédios, tendo em conta o estado de degradação em que estão, a necessidade de obras que têm e a escassez de meios que a Junta de Freguesia tem e que não reúne condições, com os seus próprios meios, para fazer as obras de que os prédios necessitam. A questão que a D. Rute coloca é pertinente. Eu apercebi-me há dois dias, no final da semana que a Dra. Isabel deixaria de vir prestar serviço no final do ano. Estamos a preparar uma comunicação com a Unidade Local de Saúde para perguntar qual é o ponto de situação, o que é que se prevê e diligenciar no sentido de resolver este problema, porque não há a possibilidade de os nossos idosos andarem em Ponte de Sor para ter acesso ao médico de família. Vamos ver o que é que conseguimos resolver e traremos informação, posteriormente, mas esta é a nossa preocupação nesse sentido. Vamos diligenciar, perguntar por um lado à Direção do Centro de Saúde, mas ao mesmo tempo à Unidade Local de Saúde, que é a entidade que supervisiona e que decide, no fundo, a gestão dos meios e dos recursos humanos da Unidade Local.” -----*

*-----O Senhor Augusto diz “Agora temos um acrescido problema, que é a poda, que se aproxima a época de ser feita. Vai ser feita pela Junta, ou vão dar isso a algum empreiteiro ou subempreiteiro?” -----*

*-----A Senhora Presidente explica que “neste momento temos também um processo colocado para despejo do rendeiro com a justa causa do incumprimento do contrato, dado que nos termos em que nós fizemos o contrato, ele estava obrigado a pagar o ano de renda à cabeça do ano e não no final do ano, como os arrendamentos agrícolas normalmente preveem. Daí nós neste momento, dizermos que há duas faturas e dois anos de renda por pagar. De qualquer modo, está aqui o nosso assessor jurídico que*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*poderá explicar melhor os termos do processo que foi colocado. Mas interpusemos um processo no sentido de cancelar, anular o contrato, para que a Junta de Freguesia possa tomar posse da vinha, porque temos essa preocupação, precisamente. Sabemos e soubemos também nestes últimos dois meses, depois da nossa Assembleia de setembro, dos descuidos que aconteceram no tratamento da vinha. As podas que agora chega à altura de serem feitas, não podem mesmo passar, sob pena de pormos em causa a vida da vinha, e isso não pode acontecer. Continuaremos a diligenciar por soluções para o tratamento da vinha a longo prazo, mas, de imediato, a Junta de Freguesia tem que assumir o seu papel. É proprietária da vinha, é um bem público que ali está, tem que ser tratado como tal e a Junta de Freguesia tomará as medidas necessárias no sentido de resolver e de garantir o tratamento devido, porque estas coisas do ano agrícola não é como uma casa que se fecha a porta e fica lá dentro o que lá está. Temos que tomar todas as medidas necessárias, no sentido de resolver esse problema. Aguardamos agora aqui mais uma semana, com as festas pelo meio, da solução jurídica da interposição do processo de anulação do contrato, mas em janeiro teremos que tomar medidas, para tratar da vinha. Se vai ser feito esse trabalho pelos meios próprios da Junta de Freguesia ou se vamos contratar empresa, veremos, estamos a ponderar, pode ser lançado um procedimento para que uma empresa o venha fazer, poderá ser com os meios da Junta de Freguesia, estamos a avaliar a melhor forma, será essa a solução a encontrar.” -----*

*-----A Senhora Célia refere: “Gostaria de falar num caso que se passou, não no seu mandato, mas gostaria de saber como está a situação dessa pessoa. Houve um senhor que trabalhava na Junta de Freguesia - não no seu mandato, atenção – e que sofreu um acidente na Junta de Freguesia. Entretanto, eu gostaria de saber como está a situação dessa pessoa. Sei que esse processo foi para Tribunal, que recorreram várias vezes, que foi aprovado pela Juiz em como essa pessoa teria de receber uma indemnização da Junta de Freguesia. Eu gostaria de saber com o está o papel dessa pessoa, pronto, teve dificuldades, viveu em dificuldades, não é? Tem as suas necessidades, gostava de saber, porque é um membro de Galveias, pode acontecer a qualquer um que esteja neste momento nas Galveias e outro partido que vá entrar seguidamente vai assegurar, certamente, as coisas que ficaram para trás, não é? Que é para isso que entra*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*novamente outro grupo, não vai deixar as coisas que ficarem pendentes vai pegar nessas coisas e tentar seguir e ajudar, que é o mesmo que acho que outro partido qualquer fazia. Então, gostaria de saber como está a situação desse senhor, se já está resolvida, se ainda vão entrar com mais processos?” -----*

*-----A Senhora Presidente explica que se trata do processo de um trabalhador que tinha um contrato de emprego-inserção. “Foi colocado na Junta de Freguesia para “gastar” desemprego, deixando passar o termo. Mas, foi para cumprir um contrato de emprego-inserção. E houve esse acidente, houve um julgamento e decorre um processo. O Dr. António Danado poderá explicar, neste momento, qual é o ponto de situação em que se encontra. Da parte da Junta de Freguesia, quando chegámos o processo decorria. E da minha parte, o que tenho procurado fazer e a Junta de Freguesia, o Executivo a que presido tem é que procurar e defender os interesses da Junta de Freguesia, neste processo. Não sabemos, neste momento ainda, qual é o desfecho final, o Dr. António Danado explicará melhor, mas da parte da Junta, cumprirá sempre a decisão judicial, seja ela qual for. No entanto, enquanto Presidente da Junta, incumbe-me também defender o interesse da entidade. Era um processo que já vinha de trás e que, naturalmente, o Executivo anterior tratou como entendeu e nós procuramos, de facto, defender os interesses da Junta de Freguesia. Por aí, a população ajuizará e compreendendo toda a situação dramática que o senhor tem vivido, ele e a família, compreendo isso, não coloco nada disso em causa, a Junta de Freguesia, em última instância, cumprirá, seja qual for a decisão do Tribunal. Aguardamos a decisão, o Dr. António Danado poderá explicar isso melhor.” -----*

*-----O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Dr. António Danado que esclarece-se sobre a situação em causa. O Sr. Dr. Danado começou por referir: “A situação é um bocadinho mais complexa do que aquilo que foi transmitido. A primeira situação deu entrada no Tribunal de Trabalho quando o seguro foi ativado. O seguro mandou para o Tribunal de Trabalho e o Tribunal declarou-se incompetente. O Tribunal de Trabalho remeteu para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, o qual também se declarou incompetente. Isto teve de ir para o Tribunal de Conflitos. O Tribunal*





## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*de Conflitos veio dizer: - “Não, não, afinal, tem que ir para o Tribunal de Trabalho de Portalegre.” Finalmente, decidiram-se quem é que ia julgar o processo, nisto andaram 3 ou 4 anos. Para que todos saibamos o que é que aconteceu. Quando chegámos a julgamento, havia aqui duas questões essenciais que tínhamos que dirimir. Primeira, se era, de facto, classificado como acidente de trabalho, se o contrato que ali estava era um contrato de emprego-inserção, e no âmbito dos contratos de emprego-inserção era conhecível o acidente de trabalho, isto é uma questão muito jurídica e que há controvérsia na doutrina e na jurisprudência. Há quem entenda que não é acidente de trabalho, mas um acidente pessoal e que não pode ser considerado um acidente de trabalho. Mas, a Juiz em primeira instância veio decidir uma coisa complexa: que há responsabilidade por parte do Presidente da Junta, na altura, que o mandou fazer aquele tipo de trabalho. Ora, com o devido respeito que temos pelo outro Presidente da Junta, que não nos vamos pronunciar sobre o assumir de responsabilidade, como é lógico, há que apurar se a veracidade dessa responsabilidade é uma responsabilidade pessoal, responsabilidade civil extracontratual. No facto, no caso de a Junta de Freguesia ser condenada a final, aliás, tem dinheiro depositado para pagar a respetiva verba, há dinheiro depositado pela Junta de Freguesia neste momento, no âmbito do recurso para a Relação, do qual o Advogado do senhor Inácio já solicitou que a caução fosse retirada e fosse entregue ao Sr. Inácio - estamos à espera agora duma certidão judicial – entrou o requerimento na passada quinta-feira no Tribunal da Relação. Nós recorreremos para o Supremo exatamente para se apurar se, de facto, efetivamente, se confirma a decisão final. Porquê? Porque, a partir do momento que seja confirmada a decisão final, há uma obrigação legal por parte da Junta de Freguesia de agir contra o anterior Presidente da Junta. E nós vamos ter de ir pedir a responsabilidade civil extracontratual ao anterior Presidente da Junta, porque está no processo que deu uma ordem ilegal. E é por isto que andamos de recurso em recurso, porque temos de ter a certeza final de que não é possível recorrer mais para que depois com a decisão final podemos ir assacar responsabilidade a quem é devida. Isto não é simples, porque isto implica depois termos de pegar na sentença ou no acórdão final- o acórdão será o acórdão do Supremo - já foi admitido o recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, nesta matéria – será o acórdão*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*do Supremo. E porque é que foi, já agora, porque é que foi admitido o recurso para o Supremo Tribunal de Justiça? Também é importante que todos saibamos. É que, há acórdãos dos Tribunais da Relação, em relação às mesmas matérias, uns que dizem que há responsabilidade da entidade patronal e outros que dizem que não há responsabilidade da entidade patronal. E como há confusão nos Tribunais superiores, tem que haver alguém que decida “afinal há ou não há”. E por isso é que isto subiu o recurso para o Supremo Tribunal de Justiça para se apurar quem é que, nesta matéria, tem razão ou não tem. E, enquanto não houver uma decisão final não é possível à Junta de Freguesia assumir, embora neste momento com a caução que está depositada nos autos, a Junta de Freguesia já mostrou boa-fé nesta matéria. Depositou o dinheiro nos autos, para que assim que seja terminada, seja entregue ao Sr. Inácio, o valor. Aliás, no âmbito do Supremo Tribunal de Justiça não tem efeito suspensivo, portanto já solicitou que lhe fosse entregue o valor da caução. Portanto, a qualquer momento pode ser ressarcido do valor em que fomos condenados em primeira instância. Atenção, isto tem um risco. É que, a partir do momento, imaginemos que o Supremo Tribunal de Justiça revoga a decisão da primeira instância – que pode acontecer, em tese tudo pode acontecer - ele pode ter de devolver o dinheiro. Se ele vai buscar o dinheiro da caução.”*

*-----A Senhora Célia pergunta: “Se uma juíza já tinha decretado, voltaram a recorrer? E se na decisão final for decidido entregar o dinheiro ao senhor?” -----*

*-----O Senhor Dr. António Danado explica que é obrigatório recorrer. “O dinheiro já está depositado para ser entregue, para o levantar.” -----*

*-----A Senhora Célia diz: “Já está lá. Sim. Mas ainda, pronto, ainda não foi entregue, nem nada”. -----*

*-----O Dr. Danado explica que “Não, mas isso aí cabe ao Tribunal decidir a entrega. Nós já depositámos o dinheiro no Tribunal, a Junta de Freguesia tem o dinheiro depositado no Tribunal no valor da indemnização, que agora não consigo precisar o valor completo. Com o devido respeito, não sei o número.” -----*

*-----A Senhora Célia solicita que quando o assunto for ao Supremo Tribunal que todos nós sejamos informados. -----*

*-----O Dr. Danado diz: “Mas há-de ser informada, aliás a Senhora Presidente da Junta*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*tem trazido informação de todos os processos que estão em curso, normalmente tem trazido essa informação também à Assembleia. Já agora, se permite, a Senhora Presidente, até porque foi também dito pela Senhora Presidente, se eu podia esclarecer mais o enquadramento da questão da vinha. Em relação à questão da vinha, deu entrada, e só por causa dos processos judiciais, já temos neste momento 4 processos em curso. Deu entrada uma notificação judicial avulsa para entrega de todos os bens, livres de ónus e encargos no prazo de 30 dias, que é o que diz o Código Civil, a notificação tem que ser feita. Deu entrada a providência cautelar de arresto que já foi decretada pelo Juiz e vai ser feito ainda esta semana por agente de execução a identificação de todos os bens, o levantamento e a valorização de todos os bens. Foi dada entrada a uma ação, uma injunção para pagamento de obrigações pecuniárias pelo valor de outras dívidas que tinha no âmbito do aluguer de equipamentos que havia faturação, aliás, como tinha sido também adquirido como qualquer pessoa aqui nas Galveias. Infelizmente, há mais pessoas aqui nas Galveias às quais se está já a pedir, judicialmente, o pagamento dos alugueres das máquinas, porque as pessoas entendem que usam as máquinas, mas depois não pagam. Há um entendimento generalizado aqui, as taxas estão lá previstas, o preço está previsto, foi aprovado por esta Assembleia, até porque as taxas vêm do anterior mandato também, portanto não nos parece lícito a utilização sem o pagamento da respetiva contrapartida. E há ainda uma execução que, de facto, está a correr contra a Almeida & Santanita ou Santanita Vinhos que, neste momento, está a correr por parte do anterior sócio do Sr. José Carlos Santanita, em que nós nos vamos também introduzir nessa ação, porque somos interessados, como é lógico. Nós temos dinheiro a recuperar, não queremos que seja penhorado seja o que for, porque nós temos lá parte, também há lá dinheiro a receber e temos um interesse principal que é o que foi produzido por força de um bem que foi disponibilizado pela Junta de Freguesia. Temos estas quatro ações a correr. A seguir a estas ações ainda vai dar entrada uma ação. Houve a notificação judicial avulsa e entrará a ação de condenação para entrega de coisa certa, no âmbito do despejo do arrendamento rural, está previsto no regime do arrendamento rural. E haverá depois as respetivas execuções que também iremos levar a cabo. E ainda, pode acontecer outra situação, que é nós próprios requerermos a insolvência das*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*empresas por falta de liquidez. Não temos esse interesse neste momento, interessa-nos fazer o arresto para que os bens nos fiquem entregues a nós, aqueles que ainda existem, nomeadamente a produção vitivinícola que ainda existe e que está guardada na Herdade da Torre, não queremos que desapareça essa produção, porque aquilo pode ser o garante do pagamento, daquilo que falta ser pago à Junta de Freguesia. É um garante importante, porque o vinho, enfim, cada um avalia conforme entende, mas ainda tem algum valor pecuniário e, portanto, se forem 10 mil, 15 mil litros, ou 30 mil litros de vinho que ali estejam a ser produzidos, terá esse valor no âmbito da venda, quer a granel quer devidamente engarrafado terá o seu valor. É esse interesse que nós temos. Nessa matéria, no âmbito do arrendamento da Herdade da Torre, são estes processos todos que estão em curso. No âmbito do Sr. Inácio, de facto, estamos só à espera duma decisão judicial final, para que possamos dar entrada, depois temos um prazo de um ano para dar entrada à ação de responsabilidade civil extracontratual contra por factos lícitos, aliás, neste caso até é factos ilícitos, que foram considerados pela Meritíssima Juiz da 1.ª instância e tendo sido decretado ilícito, não tenho alternativa senão considerar também que houve ilicitude no âmbito das ordens que foram dadas nessa altura. E por isso é que nós temos algumas, temos tido alguma insistência no recurso, para que haja uma decisão firmada, para não dizermos, para não nos virem depois acusar de que não quisemos saber e agora já estamos a acusar o outro, já estamos a mandar para cima do outro. E isto também no âmbito da gestão do bem público, que é isto que também no âmbito da Junta de Freguesia temos de ter em linha de conta, é importante que tenhamos os pés bem assentes na terra. Nesta matéria, e nesta linha que estamos a ir até às últimas que é para depois com a última decisão, podermos agir em conformidade.”-----*

*-----A Senhora Célia pergunta “Com respeito àquilo que a Rute falou queria acrescentar mais uma coisa sobre o Centro de Saúde. É assim, faz falta ali um médico. A Dra. Isabel vai embora, e para Galveias só um médico não se justifica. Porque há pessoas a irem ter consultas abertas a Ponte de Sor, muitas delas sem transporte, para irem nos autocarros e vir. Uma questão que eu queria fazer sobre isso e acho que era bastante importante, é assim: o Serviço Nacional de Saúde, é neste caso, há exames, que as pessoas já não vão*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*conseguir fazer em Ponte de Sor sem ser particular, porque a Cruz Bucho fechou, era o único sítio onde havia acordos. Muitas pessoas daqui vão ter de se dirigir a Abrantes ou Portalegre, muitas delas não têm transporte. Se não haveria uma possibilidade da Junta de Freguesia, juntamente com o Município de Ponte de Sor, ou se têm carrinhas ou alguma coisa, como têm uma assistente social na Junta, falar com essas pessoas e ver as dificuldades que têm de transporte, porque eu sei que há pessoas que estão a ir de autocarro, de propósito, a Ponte de Sor buscar exames, e terem de voltar. Há exames que não se fazem no Centro de Saúde, como as Ecografias, Raios X, Ressonâncias, TAC's, o único sítio era a Cruz Bucho que fechou. Logo, há essa necessidade, se há pessoas que nem transporte têm, que recebem uma reforma miserável, mal dá para a alimentação e para os medicamentos. Se a Junta conseguir junto ou da Câmara, ou se tiver carrinhas que proporcionem a pessoas que tenham essa necessidade de ir perguntar à Junta "olhe, dia tanto tenha esta consulta, vá, ou em Lisboa ou na Ponte de Sor ou em Portalegre", pessoas que não têm recursos. Acho que poderia haver também uma ajuda nesse sentido a essas pessoas que não têm transporte próprio. Porque se em Ponte de Sor não se fazem ecografias é muito difícil para muitas pessoas se dirigirem à Abranclínica e depois conseguirem apanhar autocarros para cá, porque só há um autocarro de manhã. Muitas vezes os exames não são feitos a tempo e horas, as pessoas perdem o da hora de almoço, só conseguem vir no da tardinha, passam lá dias inteiros, e há pessoas muito debilitadas para o fazer, para irem num autocarro ou para pagarem a um táxi. Se pudesse haver uma sintonia, uma ajuda, tentarem, e como têm uma assistente social ou de ciências sociais, que pudesse juntamente com essas pessoas ver as necessidades, eu acho que era importante. Porque eu sei que há pessoas, eu falo por mim, trouxe bastantes exames para Galveias para pessoas que não tinham transporte - trabalhei na Cruz Bucho, como sabem, vinte anos e quatro meses. Acho que, se pudesse haver juntamente com isto, já que vão falar nisto dos médicos, não é? Um médico, porque só um médico aqui não dá, e há pessoas a ir a consultas abertas, a ter de agendar, e depois das consultas abertas tem de se ligar para lá logo de manhã, e já está quase tudo preenchido e se houvesse essa possibilidade, que pudessem fazer alguma coisa, eu seria muito grata."-----*

----- O Senhor Augusto Rainho pergunta porquê agora aumentar o valor da lenha e do



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

azeite, sendo uma altura “em que a economia das pessoas está um pouco apertada”.---

-----A Senhora Presidente responde as questões colocadas “Sobre a questão dos doentes e do transporte de doentes, e os problemas todos que existem com a falta dos médicos e com os serviços de saúde, as Juntas de Freguesia têm competências próprias. Como o Ministério da Saúde tem obrigações para com os cidadãos, que não cumpre. E as Juntas de Freguesia não têm os meios capazes de responder a todas as necessidades da população. E transporte de doentes é uma coisa que está regulamentada e que tem que ser feita por serviços próprios, que têm atribuída essa competência e serviços que têm pessoas formadas para fazerem esse tipo de trabalho, que as Juntas de Freguesia não têm, nomeadamente a Junta das Galveias não tem. Inclusivamente, tentámos ainda aí criar um serviço dessa natureza e não conseguimos porque as exigências são muitas e as competências atribuídas às Juntas de Freguesia ficam limitadas e, neste aspeto, também é preciso separar as águas. Porque o transporte de doentes, especialmente às pessoas com maiores carências, foi fortemente reduzido ao longo dos últimos tempos, infelizmente. E também não foram as Juntas de Freguesia que fizeram essa redução. Foi o Ministério da Saúde. E, por via do Ministério da Saúde, os serviços de saúde fazem isso. E os médicos, inclusivamente, até são convidados, e este “convidados” entre muitas aspas, até são convidados a não prescrever transportes para os doentes. Sabemos disto tudo! O problema é depois nós vemos as pessoas com necessidades e não conseguimos ajudar. Mas, portanto, a Junta tem as suas normas de apoio social, que a técnica de serviço social que referiu, trabalha nesse sentido de acordo com o que são os regulamentos e as normas de apoio social que as Juntas de Freguesia, e a nossa em concreto, têm condições para prestar apoio. Apoios que se limitam e são limitados, de acordo com as condições que existem. De qualquer maneira, não deixaremos de diligenciar junto da Unidade Local de Saúde soluções para este problema. Porque os transportes públicos são outro problema. Que também não é competência das Juntas de Freguesia resolver, mas também pressionamos nesse sentido. Só que, também por aí, quem decide de acordo com a estrutura que está criada, nós procuramos alterar, mas que nem sempre é possível fazer isso, porque não está na nossa mão e não é competência nossa. De qualquer modo, temos essa preocupação também, e não temos



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*conseguido é resolver no sentido de ajudar mais. Porque sabemos que as dificuldades com que as pessoas se defrontam são muitas. E cada vez estão a ser maiores, porque os serviços de saúde vão sendo cada vez mais concentrados e mais distantes das pessoas. Mas essa é uma responsabilidade que não nos incumbe e nós não conseguimos, de facto, chegar a tudo. Eu costumo dar este exemplo: quando é preciso limpar uma rua a Junta de Freguesia não vai a outra entidade pedir ajuda para o fazer, tem de o fazer, porque é a sua competência, é a sua obrigação. Tem essa função à sua responsabilidade. Cada entidade tem de assumir o seu papel. Sabemos que nem sempre isso acontece, mas no que ao transporte de doentes se refere, há esta preocupação, mas os serviços de transporte de doentes têm de ser realizados por entidades a quem estão atribuídas essas responsabilidades e com pessoas com formação própria para o fazer. Porque isto, costuma dizer-se que enquanto tudo corre bem, tudo é bom, se surge um problema qualquer a situação complica-se logo. Acabámos de falar no exemplo do acidente com o Sr. Inácio que se ele tivesse ido acima do telhado e tivesse saído de lá sem cair, a coisa resolvia-se, não havia problema nenhum, e assim estamos todos a braços com o problema, e não é pequeno. Portanto, relativamente a esta questão, é isto que se coloca porque as atribuições e as competências estão definidas e, por muito que queiramos, há barreiras que nós não conseguimos transpor. Relativamente ao aumento da lenha e do azeite a Junta de Freguesia deitou contas aos custos desse tipo de produtos e constatou que estava a fazer uma prestação de serviço em preços muito abaixo daquilo que paga para ter, por exemplo, ali a lenha cortada e arranjada e prontinha a entrar para as salamandras quando vai para a casa das pessoas. E era incomportável manter esta situação sob pena de eu própria vir a ser responsabilizada por isso, enquanto gestora da Junta de Freguesia. Não podíamos manter esta situação. Para além disso, temos a consciência de que o preço subiu, mas ainda estamos muito abaixo daquilo que são os preços de mercado e que circulam por aí. De qualquer maneira, não podemos também ser acusados de gestão danosa por estar a vender a preços muito abaixo dos custos, inclusivamente em concorrência com quem vende, que compra madeira, que compra lenha e a prepara e depois a vende. Foi tendo em conta essa situação e estarmos a praticar preços que vinham desde há muitos anos. Nós desde que chegámos à Junta de*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*Freguesia nunca tínhamos mexido nos preços. Só que, este ano, mandar cortar, adjudicar um corte de lenha custa muitíssimo mais do que custava o ano passado. Mas, assim uma coisa, nós tivemos aí orçamentos que não aceitámos que duplicavam o preço do trabalho que era do corte e de recheia de lenha até ao Cabeço, para depois os serviços da Junta, no Cabeço da Torre a prepararem, a descortiçarem e a desmancharem e pô-la em condições de entregar à população. Esses custos são bastante acima do que vinham sendo praticados, fruto de tudo o que tem subido, e este serviço também não fugiu a essa regra e, por essa razão tivemos de tomar decisão e atualizar os preços. Relativamente ao azeite, a mesma questão se coloca. Pronto, este ano a colheita de azeite foi bastante mais fraca do que no ano passado. Nós, o ano passado colhemos acima das cinquenta toneladas de azeitona, este ano, quantas foram António? Treze. Não temos ainda o resultado das análises desse azeite que está produzido, não chegou ainda, aguardamos que chegue o que foi a produção da própria Junta de Freguesia. O dos produtores locais está pronto a entregar, o da Junta de Freguesia, aguardamos que venham as análises. E dentro desta situação, não pode a Junta de Freguesia estar a suportar custos acima daquilo que são as suas normas de apoios sociais também. A população que precisa de apoio, isto posso dizer aqui, foram entregues cinquenta e um cabazes de Natal este ano a pessoas carenciadas na Freguesia, vinte e sete entregues pelo Município de Ponte de Sôr e vinte e quatro pela Junta de Freguesia. E, se outras necessidades se manifestarem, no âmbito das nossas normas de apoios sociais, às pessoas com carência cá estaremos para os resolver. E isto é um número que subiu bastante comparando com o ano passado e acreditamos que vai continuar a subir, infelizmente. Cá estaremos para prestar o apoio que é possível prestar nesta situação. Mas, depois este subir vertiginoso dos custos obriga também que a Junta de Freguesia não suporte gastos que não pode suportar. São normas que temos que cumprir também, somos entidade pública para apoiar, mas também somos entidade pública para prestar contas às entidades que nos supervisionam e à tutela que nos fiscaliza. É deste equilíbrio entre as duas coisas que nós fazemos a gestão e apoiamos. Dentro daquilo que é possível e que a Junta pode, apoiamos as pessoas que tenham necessidades. Nomeadamente na lenha, as pessoas com carência continuam a receber a lenha, naturalmente ao ritmo que*





## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*é possível fornecer, como temos feito todos os anos, continuamos a fazer.” -----*

*-----A Senhora Célia diz: “Senhora Presidente, só quero deixar aqui uma opinião pessoal, e é assim: todos sabemos que o Lar de Galveias faz transportes, não sei se estavam informados disso, mas devem estar, obviamente, não é? Não haveria uma possibilidade de a Junta de Freguesia falar com essa entidade, o Lar, já que também pertence a Galveias e devia dar uma ajuda, e eles também poderem favorecer as outras pessoas, sem ser só aquelas que são utentes deles, porque sei que levam outras pessoas também a consultas, sem serem pessoas de lá.” -----*

*-----A Senhora Presidente explica: “O Lar Fundação Maria Clementina Godinho de Campos é uma entidade privada. É uma Fundação que tem contratualizado com a Segurança Social esse tipo de trabalho e com o Ministério da Saúde. No âmbito desses contratos presta apoio às pessoas, não apenas aos utentes da instituição, mas a outras pessoas da Freguesia e não só, porque as viaturas que são propriedade da Fundação, nós vemo-las circular fora daqui e a transportar doentes hemodialisados, doentes oncológicos que vão fazer tratamentos, tudo isso são contratos que a instituição tem com as entidades competentes. E esse é o papel das entidades que estão credenciadas e autorizadas para fazer esse tipo de trabalho. Da parte da Junta de Freguesia, nós diligenciamos no sentido de que venham mais serviços de saúde para as Galveias, que venham mais transportes públicos para as pessoas terem mais acesso e que não tenham que se deslocar tanto. Esse é o nosso papel e, e obviamente, estamos sempre ao lado das populações no sentido de que venham mais regalias e mais condições. Há competências que são dessas entidades, as nossas são as nossas. E já agora também, institucionalmente temos toda a relação e toda a boa relação com a direção da Fundação. Mas, esse tipo de trabalho compete ser contratado pelas entidades competentes, que são baseados nesse tipo de apoios e sei que, quer as ambulâncias, quer os transportes de doentes que a instituição tem, fazem esse tipo de serviço e são contratualizadas pelo Ministério da Saúde e pela Segurança Social para apoiar várias pessoas, fora das Galveias, inclusivamente. Não apenas em Galveias, mas fora daqui. Isto faz parte dos acordos que estão estabelecidos entre a instituição e as entidades competentes.”-----*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

-----A Senhora Célia pergunta: *“Mas nunca tentaram entrar em contacto com eles nesse sentido, se não poderiam falar com as entidades?”*-----

-----A Senhora Presidente explica que *“Essa competência não é nossa, D. Célia, nós não podemos imiscuir-nos nem na classificação das necessidades e do nível das necessidades dos utentes, nem na prestação desse tipo de apoio. Isso é tratado a outro nível e é tratado pelas entidades competentes com a instituição propriamente, diretamente, não passa por nós.”*-----

-----O Senhor Presidente informa que *“Da população quem quiser depois no fim intervir, deve preencher um documento onde esteja o nome ou o número de telefone ou email, alguma informação para que nós possamos contactar, no caso de ser necessário. Os documentos estão aqui, se quiserem vão preenchendo.”*-----

### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**APRECIACÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, ACERCA DA ACTIVIDADE DA FREGUESIA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ARTIGO 9.º N.º 2, ALÍNEA E) DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia pergunta à Sra. Presidente da Junta se tem algo mais a acrescentar, relativamente a este ponto, para além do que está nos documentos entregues aos eleitos da assembleia de freguesia.-----

-----A Senhora Presidente esclarece: *“Os Senhores Membros da Assembleia receberam a informação e a documentação toda constante da ordem de trabalhos da sessão e receberam também informação da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e da situação financeira. Posso acrescentar que a situação financeira da Junta é estável, muito semelhante ao que tem acontecido nas sessões anteriores e das atividades desenvolvidas destacaria duas ou três questões que têm a ver com o que ocorreu neste período que medeia entre a Assembleia de Freguesia realizada em setembro e a reunião de hoje. Destacaria a obra que continua a bom ritmo de criação e de construção do Centro de Interpretação da Obra de José Luís Peixoto e da Rota Literária de Galveias. A*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*obra do ponto de vista da construção civil vai estando perto do seu fim. Depois avaliaremos e continuaremos a trabalhar para que seja equipada com o recheio, para podermos proceder à inauguração, tão breve quanto possível. Relativamente aos demais serviços da Junta de Freguesia, na área agrícola destacaria aqui informação dos efetivos pecuários, que continuamos a desenvolver trabalho no sentido de manter e rejuvenescer ou renovar os efetivos pecuários. Caminhamos para o tempo de rejuvenescimento, que acontecerá a partir da Primavera, como é normal. Dizer que mantemos o número de efetivos muito semelhante à reunião anterior e também todo o tipo de trabalho que vem sendo feito desde o cuidado das cepas, do cuidado da terra, enfim de todos os aspetos, do corte das lenhas, o cuidado das árvores, tudo isso é trabalho continuado, diário, que vai ocorrendo todos os dias, todas as semanas e que se mantém. Também relativamente à horta, continuamos a trabalhar e que a horta vá dando cada vez mais produtos, e de referir aqui também mais uma vez que tudo o que é exploração agrícola da Freguesia se encontra certificado como exploração biológica, o que por vezes dita que o aspeto dos produtos que aparecem na loja não é aquele que, por vezes, as pessoas acham que deviam ter. Mas, não tem fertilizantes, não tem químicos que os possam embelezar e, por essa razão, outro tipo de qualidade e de beleza, mas não, que por vezes os olhos comem mais. Dizer que foi também nesta fase que procedemos à venda das pinhas, como é normal nesta altura do ano. Foi feita uma venda de árvores secas, nomeadamente sobreiros e azinheiras da Herdade das Tremelgas. Depois, todos os outros serviços vão ocorrendo e todos sabemos e circulando pela Vila vê-se os cuidados do espaço público, dos espaços ajardinados e das ruas, tudo tem sido um trabalho continuado que é realizado diariamente, de semana a semana. Também o lagar, já disse aqui há bocadinho que a produção deste ano foi muito pouca, já teve o seu período de laboração, já está, neste momento, aguardamos a vinda das análises para poder utilizar o azeite produzido este ano da Junta de Freguesia. Os produtores já podem fazer o levantamento porque a da Junta de Freguesia foi a última azeitona a ser moída. Relativamente aos outros serviços toda a informação está colocada para os Senhores Membros da Assembleia, referia aqui apenas a celebração que fizemos de homenagem aos eleitos do poder local desde o vinte e cinco de Abril até agora, no dia dois de Outubro,*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*dia em que se celebraram 484 anos de elevação de Galveias a Vila. De referir também, no dia quatro de Novembro a visita da TVI, por indicação do nosso embaixador-mor, o nosso escritor José Luís Peixoto que falou da Sopa de Pobre, que está num levantamento que foi feito junto dos idosos da Freguesia, e falou dessa sopa à TVI, e a TVI veio a Galveias para conhecer esse elemento da nossa gastronomia. Relativamente aos outros serviços, está tudo plasmado na informação que os Senhores Membros da Assembleia possuem.”* -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia questiona se algum dos membros da assembleia tem questões a colocar relativamente a este ponto. *“Então não havendo questões, passamos para o ponto 2.”*-----

### **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RELATIVO AO PRIMEIRO (1.º) SEMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022).** -----

----- Não havendo questões sobre o ponto número dois da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia segue para o ponto seguinte. -----

### **SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO DA JUNTA DE FREGUESIA DE GALVEIAS, PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022) NOS TERMOS DO ARTIGO 9.º N.º 1 ALÍNEA A) DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.—**

-----O Sr. Presidente da Assembleia dá permissão à Sra. Presidente da Junta para iniciar o esclarecimento, a qual pede permissão para que seja o técnico responsável David a dar esse esclarecimento.-----

-----O Senhor David João Laranjeira explica que *“esta alteração é para cumprir uma situação que temos estado a receber transferências do Estado relativamente ao membro do executivo que tem estado a tempo inteiro e é compartilhado pela DGAL e nós não tínhamos contemplado isso no orçamento. É alteração modificativa, tem que ser apresentada à Assembleia, só que nós nem mexemos no valor do orçamento em si, porque estamos dentro dos parâmetros de execução, estamos nos 84 por cento e o*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*mínimo é 85. Ainda falta entrar o valor da cortiça e tudo o mais, por isso vamos estar a cumprir tudo.”*-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia questiona se algum dos membros da assembleia tem questões a colocar relativamente a este ponto. *“Então não havendo questões, passamos para a votação.”*-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia coloca o ponto em votação sendo **aprovado por maioria com quatro abstenções.**-----

### **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023) NOS TERMOS DO ARTIGO 9.º N.º 1 ALÍNEAS A) E M) DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia pergunta à Sra. Presidente da Junta se tem algo mais a acrescentar, relativamente a este ponto, para além do que está nos documentos entregues aos eleitos da Assembleia de Freguesia.-----

----- A Senhora Presidente explica *“sobre o Orçamento e o Plano, dizer que com estes documentos provisionais para 2023 mantemos determinação e disponibilidade para servir a nossa Freguesia, com a consciência de que os tempos que se avizinham trazem ventos difíceis e dificuldades acrescidas, por isso, o rigor tem de prevalecer na gestão da Autarquia. Dar atenção às diversas áreas da gestão, que continua a ser pedra angular da nossa atividade, cuidar de rentabilizar o património da Freguesia continua a ser uma tarefa interminável e reafirma-se imprescindível para bem servir a nossa Freguesia. Continuamos a manter a atenção direcionada para a rentabilização do património, porque é o caminho para obter meios financeiros para o investimento. Galveias continua a necessitar de investidores, continuamos a trabalhar nesse sentido. Nos termos das atribuições e competências próprias da Junta, considerando os meios disponíveis, mantemos a determinação na atribuição dos apoios sociais capazes de gerir as dificuldades sentidas pelas famílias, tanto mais que vivemos tempos bastante difíceis. Mantemos a aposta na promoção cultural e no apoio aos agentes culturais locais, como instrumento para o reforço do nosso tecido social e na nossa comunidade. Por outro*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*lado, e como eu referi há pouco, o Centro de Interpretação José Luís Peixoto e a Rota Literária de Galveias, que integra a Rota Literária do Alentejo e Ribatejo, verá a sua construção concluída brevemente e será também mais um motivo de orgulho para todos nós e um instrumento forte de promoção da nossa terra, condição sempre assumida pelo José Luís Peixoto, esteja ele onde estiver. Por outro lado, a obra do edifício multiusos do mercado está perto de ser concluída e será um equipamento público de qualidade, graças ao entendimento entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Ponte de Sor, que permitiu a concretização desta velha aspiração dos Galveenses e a requalificação daquele edifício, que estava num estado de degradação também já bastante avançado. Por este entendimento foi possível concretizar a obra, que ascende a cerca de 600 mil euros e que a Junta de Freguesia pagará o valor correspondente ao financiamento adicional, que são 15% desse valor, fruto do entendimento, como referi, entre a Junta de Freguesia e o Município. Por outro lado, continuamos a manter todas as responsabilidades e as nossas competências no dia-a-dia da Junta de Freguesia, garantindo as condições de limpeza do espaço urbano e dos caminhos rurais. Ao mesmo tempo, temos a grande preocupação de manter sempre a garantia das condições de trabalho e o respeito pelos direitos dos trabalhadores. Como Freguesia integrante do concelho de Ponte de Sor, queremos cimentar a cooperação e o diálogo institucional com o Município para melhor servir os nossos conterrâneos e concretizar as obras necessárias a Galveias, onde se integra, a Casa Mortuária, depois, isto por hierarquização de prioridades, a requalificação do recinto das festas. Ao mesmo tempo decorrem os trabalhos já de criação da rua de serventia na Tapada de Santo António, entre outros projetos que temos em mente e que, a seu tempo, conseguiremos, certamente, tratar e concretizar. Temos também a firme convicção de que este caminho que estamos a trilhar e o trabalho que fazemos são uma linha orientadora para concretizar o projeto que afirmamos de curto, médio e longo prazo e é nesse sentido que continuamos a trabalhar e consideramos que é a melhor forma de servir a nossa Freguesia.” -----*

-----O Sr. Presidente da Assembleia questiona se algum dos membros da assembleia tem questões a colocar relativamente a este ponto 4. Não havendo questões, passou de imediato à votação, sendo **aprovado por maioria com quatro abstenções.** -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- Após concluída a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia passou a sessão à intervenção do público inscrito para o efeito.-----

### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor António Maçãs diz que na última Assembleia perguntou à Senhora Presidente como é que estava a situação da Carapeta, *“diziam que o senhor também andava em incumprimento, e perguntar, que a Senhora Presidente disse que agora nesta reunião já dizia mais qualquer coisa. E era também perguntar sobre a vinha, se vocês vão tomar conta da vinha, ou o que é que estão a pensar fazer?”*-----

----- A Senhora Presidente explica que: *“Primeiro temos que recuperar a posse da vinha, e que estão entregues, interpostas ações nesse sentido e agora temos que aguardar que decorram os trâmites judiciais para podermos tomar posse da vinha. Depois de termos a posse dela, a primeira coisa que faremos, é cuidar dela dentro daquilo que são os calendários agrícolas, que não esperam por decisões judiciais. Os dias passam e o tratamento tem que ser feito num dado período do ano, não pode ser feito três meses depois. Por essa razão, e por aí assumiremos o nosso papel, não deixando, no entanto, de diligenciar soluções definitivas mais a longo prazo para a gestão e tratamento da vinha. De qualquer maneira, aguardamos primeiro que tudo, a tomada de posse dela. Relativamente à Carapeta, posso adiantar-lhe que o senhor rendeiro pediu o pagamento em duas fases. Uma fase cumpriu, a outra já está em incumprimento, está em pré-agendamento também uma reunião com ele, para ver como fazemos. Vamos reunir e vamos ver qual é a solução negociada a que chegamos e depois diremos.”* O Senhor António Maçãs remata: *“Só o reparo que eu queria fazer era que o que estão agora a tentar fazer com a vinha, podiam ter feito antes de terem entregue ao senhor. Falando bem e depressa português, meteram-se a jeito do senhor fazer o que quis. O que estão agora a tentar tratar da vinha e arranjar, podiam ter pensado há três ou quatro anos, porque a vinha quando vocês lha entregaram é que começou a ser vinha, para quem sabe qualquer coisa de agricultura.”*

----- A Senhora Presidente esclarece que *“Registo a opinião do Sr. António, só dizer que há quatro anos fizemos nós o contrato de arrendamento e o rendeiro cumpriu até ao*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*ano passado. A partir daqui é que entrou em incumprimento, este ano. O pagamento da Carapeta foi pedido ao abrigo do Covid, a fragmentação do pagamento. Este último pagamento é que está, neste momento, em incumprimento, mas enquanto decorrem negociações, eu sou deste princípio, não há incumprimento que possa ser assumido. Será se as negociações não chegarem a bom porto. Esperemos, e temos esperança que possam chegar, se não chegarem cá estaremos para enfrentar a situação, como enfrentamos todas as outras.” -----*

----- O Senhor Presidente da Assembleia refere que, não havendo mais inscrições por parte do público, coloca a ata em minuta em votação sendo **aprovada por unanimidade.**

----- Entretanto o Sr. Rúben Rocha pediu a também palavra, ao que lhe foi solicitada a inscrição prévia. Na mesma altura pediu também a palavra a Sra. Membro da Assembleia Célia, apesar de terem já terminado as intervenções dos membros da assembleia, a qual foi excepcionalmente autorizada.-----

-----A Senhora Célia faz uma recomendação: “*É assim, sei que a Junta de Freguesia, como ajuda várias coletividades, também ajuda a Sociedade Filarmónica Galveense, não estou errada, certo? Então, eu queria-lhe pedir, porque é assim, se poderia falar com eles, porque eu acho que está aí um, o campo da bola está-se a degradar completamente, sei que não pertence à Junta, atenção, e volto a frisar, pertence à Sociedade Filarmónica, mas acho que se a Junta também os ajuda nesse sentido, o porquê de só estarem a investir nisso? Acho que uma palavrinha da Junta nesse sentido, se calhar, a dizer “olhem, tomem atenção”, porque é um património da terra pertence à Sociedade, mas é uma vergonha para quem lá passa, ver o antigamente e ver o agora, as balizas, aquela casa toda a desmoronar-se. Volto a frisar, não pertence à Junta, como eles recebem ajuda da Junta de Freguesia, acho que era uma mais-valia, se calhar ouvirem do vosso lado, “nós damos esse dinheiro, não pode ser só para fardas, não pode ser só para instrumentos”, porque também tem, e muitas vezes, eu toquei na Banda tantos anos, e nós tocávamos com instrumentos antigos, que iam passando de uns para*





## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*os outros. E acho que, se aquilo pertence à Sociedade, faz parte também das Galveias, e se lhe é dado aquele dinheiro – é só uma opinião minha – gostava mesmo que a Senhora Presidente tivesse uma reunião com eles, lhes pusesse essa proposta, porque acho que devia ser da vossa parte, não é? Nós só fazemos parte da Assembleia, não somos nós que íamos lá chegar “olhe, acho que deviam”, se calhar, a bom porto, eles poderiam cuidar um pouco daquilo, porque está-se a desmoronar, e é triste passarmos por lá e ver o antigamente e ver o agora. Se fizesse esse favor. Porque aquilo está uma autêntica vergonha. A pessoa passa, é triste, e acho que se pode fazer isso. Se há outras coisas que têm prioridade, como o campo da bola, que quem lá passa, é triste ver aquilo. Não concorda comigo, Senhora Presidente?” -----*

*----- A Senhora Célia remata que “Não interessa! Então, assim vamos deixar cair tudo!? Se for arranjado, pode ter outras finalidades. Olhe, mas não ponha o nome do José Luís Peixoto, por amor de Deus!” -----*

*----- O Senhor Rúben Rocha questiona sobre “o que é que a Junta de Freguesia de Galveias está a pensar fazer ao estado elevado de degradação do Monte da Torre? Porque, pronto, já foi aqui mencionado o incidente que houve com o Sr. Inácio, e foi também devido a essa degradação. E também em relação à vinha, visto que está tudo fechado, que foi também mencionado o vinho a granel, se não houver alguém que vá tratar desse vinho, a única coisa que irão obter será mesmo vinagre, porque assim, não irá existir lucro, sequer, algum.” -----*

*----- A Senhora Presidente da Junta explica que a degradação do Monte da Torre não é nova. “Foi por isso também e por este investidor da vinha trazer o projeto de criar um enoturismo no Monte que passava pela requalificação do Monte à custa da empresa. Foi essa também uma das grandes pedras de toque para nós podermos ter negociado e ter assinado o contrato da vinha. Lamentavelmente, o projeto está a cair, de qualquer maneira, a nós também nos preocupa e preocupa-nos muito porque olhamos para a degradação do Monte e o Monte já estava degradado em 2017. Já agora, aproveito aqui para fazer um parêntesis, não é um comentário para o Rúben, mas circulam por aí publicações nas redes sociais que fazem comparação entre o que está, o estado de degradação do Monte da Torre com o Cantarinho, como se em 2017 estivesse tudo*



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

*protegido, tratado, bem cuidado o que não corresponde à realidade. Já agora, os mais velhos que vivem em Galveias sabem que o Monte do Cantarinho está em degradação, seguramente há 30 anos, já para não dizer mais, porque se lhe pusesse 40 em vez de 30, não estava a mentir. E a Torre, o estado de degradação que tem não é também de agora. Aliás, nós já fizemos obras nos casões onde guardamos as maquinarias, os tratores e as alfaias do serviço agrícola, porque eles estavam todos escorados com barras de ferro pelo estado de degradação dos telhados. Estava tudo podre e aquele casão já foi requalificado. E, já agora, dizer também que está já pré-agendada uma visita - já estive, inclusivamente, prevista e depois por razões de agenda foi alterada - uma visita do Senhor Vereador das Obras da Câmara de Ponte de Sor para podermos tentar alguma solução para o Monte da Torre, procurando a possibilidade de algum projeto que possa ajudar na requalificação. Como fizemos com o mercado, podermos fazer com o Monte, se para isso houver condições. Claro que para que estes projetos possam ser concretizados é preciso que haja as candidaturas abertas e as possibilidades de ir buscar esse tipo de fundos. Mas, que estamos atentos e preocupados com essa situação, estamos. Faremos aquilo que for possível, dentro daquilo que são as possibilidades e as limitações que a Junta de Freguesia tem, porque eu já tenho dito muitas vezes, se a Junta tivesse neste momento disponível 30 milhões de euros, não chegavam para requalificar o património que está a precisar de obras. E isto mostra bem o que é a grandeza do estado de degradação que encontrámos, e que muito dele se mantém, porque não há milagres. Mas sabemos, ainda não há muito tempo, que caiu o telhado de um anexo da Torre. Quando lá chegámos, ele já estava cheio de telhas tiradas e ameaçava ruir. Não temos dúvidas sobre isso. E a nossa preocupação é o monte principal porque também corre certos riscos. Não será tanto como aconteceu com aquele anexo, mas as infiltrações já acontecem, já há uma série de problemas que podem vir a ditar problemas mais sérios, a prazo. E queremos evitar isso, se conseguirmos aqui criar um projeto que haja financiamentos que nos possam ajudar a requalificar e a fazer esse tipo de obras. Vamos ver se conseguimos. Mas, trabalhamos nesse sentido.” -----*

----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia Luís Armando Rodrigues Soeiro, declarou encerrada a reunião do que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

ata que foi aprovada por unanimidade, em minuta, e, vai ser assinada por mim, Carlos Valente que a redigi e pelo senhor Presidente da Assembleia de acordo com o artigo trigésimo do regimento em vigor. -----

---

---